#### Sem categoria

# Laurindo Lalo Leal Filho: Lei de meios precisa de apoio popular

Há exatos 13 anos, completados em março, estive com a então deputada Marta Suplicy no gabinete do Ministro das Comunicações Pimenta da Veiga. Integrávamos a Ong Tver e ele o segundo governo de FHC.

Por Laurindo Lalo Leal Filho, na Revista do Brasil

Publicado 12/03/2012 11:40

A audiência tinha a ver com as manifestações recebidas pela ONG sobre a qualidade da programação da TV brasileira que, naquele momento, parecia ter chegado ao fundo do poço. Ratinho estava no auge.

Repudiávamos qualquer tipo de censura, entendendo que o problema só poderia ser enfrentado com a existência de leis claras e objetivas, formuladas democraticamente e aprovadas pelo Congresso Nacional.

rasil/?

Estávamos no gabinete do ministro para saber se ele concretizaria a promessa do seu antecessor, Sérgio Motta, de colocar em discussão o projeto de uma Lei de Comunicação Eletrônica de Massa para substituir o velho Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, já àquela altura totalmente ultrapassado.

Não fomos felizes. O ministro parecia desconhecer o assunto, pedindo seguidas informações aos auxiliares. Ainda assim prometeu que até o final daquele ano realizaria debates públicos sobre o projeto em sete capitais brasileiras. Realizou um, fechadíssimo em Brasília, e nada mais.

rmelho?

Vivi o caso de perto, por isso conto aqui. Mas ele não é excepcional, é apenas exemplar. Faz parte da luta pela regulação da comunicação no Brasil, iniciada antes da Constituinte de 1988, persistindo até hoje.

Nela defrontam-se grupos da sociedade em defesa de uma lei para a comunicação, os empresários do setor beneficiários do vazio legal que lhes permite obter lucros fabulosos sem contrapartida social e os governos ameaçando entrar em cena mas recuando sempre, temerosos do poder da mídia.

Chegamos a 2012 com o aceno de que agora a sociedade será consultada sobre os termos da futura lei. Não se sabe, até aqui, quais as propostas formuladas ao final do governo Lula e encaminhadas ao novo ministro das Comunicações serão aproveitadas nessa consulta.

No entanto há uma condição prévia para que ela reflita a vontade popular: a realização de ampla divulgação pelo governo do que está sendo discutido. Se não, mais uma vez, os meios hegemônicos confundirão a sociedade.

Dirão, como vêm dizendo, que tudo não passa de uma nova forma de censura. Seguirão escamoteando a existência de um mercado de comunicações altamente concentrado, cujos meios ao recortarem o mundo segundo seus interesses, esquecem os da maioria, exercendo – ai sim – uma verdadeira censura.

Para que a manifestação da população seja consciente, três pontos precisam ficar bem claros para todos:

- O rádio e a TV ocupam um espectro eletromagnético escasso e finito operando, por isso, como concessões públicas, outorgadas pelo Estado em nome da sociedade. A qualidade dos serviços prestados deve ser controlada pelos usuários, como em qualquer concessão (de empresas de ônibus, por exemplo).
- A regulação de conteúdo (classificação indicativa e preferência para finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas) aplica-se apenas ao rádio e à TV, conforme determina a Constituição e não aos jornais e revistas. Os veículos comerciais costumam confundir as coisas dizendo que a regulação se aplicaria a toda mídia para sustentar a falsa ideia da censura. Outra falácia é a de que o controle remoto é o melhor controle, como se a oferta de programações não fosse limitada e semelhante. No limite é mudar de canal para ver a mesma coisa no outro.
- A propriedade cruzada dos meios de comunicação (uma empresa controlando vários meios: rádio, jornais, revistas, TV, gravadoras etc) deve ser abolida. Só assim haverá espaço para que mais pessoas e grupos sociais possam se expressar livremente através dos meios de comunicação, garantindo a diversidade e a pluralidade de ideias. Hoje só possui liberdade de expressão quem pertence a uma das poucas famílias controladoras dos meios de comunicação no Brasil.

rasil/?

Ao governo cabe a tarefa de popularizar essas questões convocando, por exemplo, cadeias nacionais de rádio e TV para explicá-las à sociedade. Caso contrário corremos o risco de ter uma nova lei moldada segundo os mesmos interesses que hoje controlam a mídia brasileira.

\* Laurindo Lalo Leal Filho é sociólogo, jornalista e professor de Jornalismo da ECA-USP

TAGS

## rmelho?

MÍDIA LIVRE (HTTPS://VERMELHO.ORG.BR/TAG/MIDIA-LIVRE/)

### CONTÉUDO RELACIONADO

publicado em 11/03/2012 publicado em 11/03/2012 (). Ceará

A mulher latino-americana ib umais Permanente dos Rovos flaz prénana cerca Parlamento, japonês por los poderosa e a mais maltrataddiência sobre feminicidio ecaute nuclear publicado em 11/03/2012

(https://vermelho.org.br/2012/0/3/46ll/relho.org.br/2012/0/3/46

Nos mesmos países que registraram as maiores taxas de assassinatos de violência doméstica e as maiores taxas de Nos dias 7 e 8 de março, o Tribunal Permanente dos Povos (TPP) Capítulo México – Chiapas realizou sua primeira pré-audiência Milhares de japoneses se reuniram neste domingo para formar uma corrente humana em torno do prédio da Dieta (Parlamento) do <u>ferreira-lima-pecem-um-gr</u>
Por \*Cláudio Ferreira

Lima

gravidez na adolescência, as mulheres fizeram os níveis mais espetaculares de participação feminina na política em nível mundial. temática de 2012, cujo tema abordado foi "Violência de gênero e feminicídios". Durante o julgamento, foram apresentados oito casos emblemáticos – regionais e nacionais – de violência contra a mulher, que deverão ser incluídos na audiência nacional sobre o tema.

Japão, para pedir ao governo que abandone a energia atômica, quando se completa o primeiro aniversário do desastre que castigou o país no dia 11 de março.

## rasil/?

## rmelho?